

A persistência da assimetria: Um estudo sobre a participação feminina e a desigualdade salarial na RIDE Petrolina/Juazeiro (2020-2023)

Rita Regina Marques Costa

Mestre em Extensão Rural

Instituição: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

E-mail: ritareginacosta7@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4912-9492>

Denes Dantas Vieira

Doutor em Ciências Sociais

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: denes.vieira@univasf.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7964-3356>

Vivianni M. Leite dos Santos

Doutora em Química

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

E-mail: vivianni.santos@univasf.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8741-8888>

Deise Cristiane do Nascimento

Doutora em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental

Instituição: Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

E-mail: deise.nascimento@prof.facape.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1517-9675>

RESUMO

Este estudo exploratório analisou, por meio de uma abordagem quantitativa, a dinâmica do mercado de trabalho formal na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) de Petrolina/Juazeiro, com foco na participação feminina e na desigualdade salarial. Utilizando dados secundários da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2020 a 2023, a pesquisa revelou um cenário de alta rotatividade e precarização de vínculos empregatícios. Foi constatado que a participação feminina no mercado formal é de aproximadamente 38,93% e que a remuneração média das mulheres é inferior à dos homens na maioria dos municípios. A sazonalidade e a natureza dos contratos temporários na fruticultura, principalmente no cultivo da uva, contribuem para a subnotificação da mão de obra feminina, o que aumenta a vulnerabilidade das trabalhadoras rurais. Em conclusão, a disparidade salarial é um fenômeno estrutural e persistente que exige a implementação de políticas públicas urgentes para promover a equidade de gênero, a qualificação profissional e ambientes de trabalho mais inclusivos.

Palavras-chave: Desigualdade de Gênero. Mercado de Trabalho. RIDE Petrolina/Juazeiro. RAIS.

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho no âmbito global tem sido marcado por transformações profundas, impulsionadas por inovações tecnológicas, mudanças demográficas e crises econômicas. No Brasil, essa

dinâmica complexa é potencializada por desigualdades estruturais, especialmente em regiões com forte presença da agropecuária, o que revela desafios persistentes relacionados à rotatividade, sazonalidade e desigualdade de gênero, que perduram ainda que a participação e escolaridade feminina na força de trabalho tenha aumentado.

Embora a agricultura familiar seja fundamental para a economia rural e o abastecimento do mercado interno, as mulheres que atuam nesse setor são historicamente invisibilizadas e seu trabalho subavaliado, conforme Berik e Kongar (2021) a literatura tem dado ênfase a temática tornando-se relevante os estudos de gênero e desenvolvimento. De acordo com Souza, Barros e Lira (2025), a invisibilidade do trabalho feminino é perpetuada por uma narrativa que não reconhece as atividades produtivas e reprodutivas como interconectadas. O trabalho da mulher vai além das atividades agrícolas, abrangendo a proteção dos recursos naturais, a preservação de saberes tradicionais e, principalmente, os cuidados com a família. De forma complementar, Mesquita (2013) reconhece as mulheres como agentes centrais na reprodução socioeconômicas das comunidades rurais e considera que a invisibilidade delas está relacionadas a divisão de trabalho de gênero historicamente construída devido sua participação nos trabalhos domésticos enquanto os homens são vistos como os principais provedores da casa.

A análise da atuação das mulheres no mercado de trabalho formal e em ocupações agrícolas demonstra que a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero são construídas com base em um produto social que legitima as relações de poder. Lerner (2019) ressalta que o patriarcado é a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. Nesse contexto, o Ministério do Trabalho e Emprego coleta dados sobre o mercado de trabalho formal brasileiro através do relatório anual de informações sociais por meio da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) que possibilita gerar estatísticas, subsidiar políticas públicas, e fornecer informações para benefícios sociais, entre eles abono salarial e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A partir de 2024, as informações antes declaradas na RAIS passaram a ser disponibilizadas por meio do sistema E-social, uma Escrituração digital de obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. Dados da RAIS, confirmam a alta rotatividade e assimetria nas oportunidades para homens e mulheres.

A Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) de Petrolina/Juazeiro, situada no semiárido nordestino, é referência de fruticultura irrigada, com destaque na produção de manga e uva, o que possibilita sua inserção no mercado internacional, consolidando a região como estratégica para o avanço do agronegócio (Silva, 2014). Contudo, indicadores recentes mostram um cenário em que, embora haja expansão produtiva, o mercado de trabalho formal, historicamente ligado à agricultura familiar e monoculturas, enfrenta a alta rotatividade e a persistência de assimetrias. Isso demonstra que ele não contribui para uma distribuição equitativa das oportunidades entre homens e mulheres,

Diante deste cenário, o presente estudo, tem como objetivo analisar a dinâmica do mercado de

trabalho na RIDE Petrolina/Juazeiro, com foco na inserção das mulheres no mercado de trabalho. Como objetivos específicos, compreender como as assimetrias de gênero se manifestam em termos de acesso, permanência e remuneração; analisar as tendências de empregabilidade e os fatores que contribuem para a persistência da desigualdade salarial de gênero na região, a partir dos dados do mercado formal. O estudo justifica-se pela necessidade de ampliar a discussão atuais sobre desigualdades estruturais no mercado de trabalho brasileiro.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A literatura sobre desigualdade de gênero no mercado brasileiro aponta que as disparidades não são circunstâncias, mas estruturais. O mercado de trabalho não é um ambiente neutro; ele se configura como um espaço de reprodução de desigualdades sociais, particularmente as de gênero. A inserção feminina é marcada por desafios estruturais que vão além da qualificação e da produtividade individual.

A participação das mulheres no mercado de trabalho é subvalorizada, tanto em termos de remuneração quanto de reconhecimento social. Conforme o IBGE (2024), as mulheres no Brasil, mesmo com maior escolaridade, recebem, em média, 21% menos que os homens e ocupam menos cargos de gerência. A desigualdade social persiste, com os homens ganhando, em 2023, cerca de 20% a mais, mesmo quando exercem as mesmas funções que as mulheres (IBGE, 2023).

Além disso, a segregação ocupacional é evidente, com as mulheres concentradas em ocupações 'femininas' como serviços domésticos, educação e saúde. Filipak e Aleixo (2017); Brumer e Anjos (2012)); Spanevello (2008) complementam essa ideia, ao argumentar que a desigualdade salarial de gênero não é um fenômeno isolado, mas sim um padrão enraizado na organização social. Isso ocorre devido à discriminação e à desvalorização do trabalho feminino em ocupações temporárias e com menor proteção trabalhista. No meio rural, a mão de obra feminina muitas vezes se concentra em tarefas como a colheita, a classificação de frutas ou o empacotamento, que são menos valorizadas financeiramente, e cuja contratação sazonal dificulta a mensuração precisa da presença feminina.

Herrera (2016) reforça essa perspectiva, evidenciando que as desigualdades salariais persistem mesmo quando as mulheres se inserem em setores com maior nível de formalidade, evidenciando discriminação sistêmica potencializando a desigualdade de gênero. Segundo o IPEA (2021) apesar do aumento da escolaridade feminina no Brasil, a desigualdade salarial persiste e aponta que fatores culturais e institucionais explicam essa disparidade. Para Siqueira, Santana e Saldanha (2025), a desigualdade de gênero no Brasil, não pode ser analisada de forma isolada, pois esses dados se cruzam com classe, cor, região e escolaridade. De modo que buscar os dados oficiais, permitem demonstrar um panorama de desigualdade, mas que está muito aquém de uma realidade concreta.

Gomes, Nogueira e Toneli (2016), reforçam o desempenho das mulheres na sustentabilidade das

propriedades familiares e reconhecem a falta de valorização e reconhecimento, além das barreiras para acessar políticas públicas, crédito e assistência técnica são potencialidades no âmbito rural. Nesse cenário, Silva (2014) afirma que a fruticultura irrigada, eixo central da economia da RIDE Petrolina/Juazeiro, caracteriza-se por forte sazonalidade e alta rotatividade, com contratações temporárias, especialmente no cultivo da uva. Esse padrão de emprego resulta em distorções estatísticas e reforça a vulnerabilidade do trabalho feminino.

Spanevello (2008) e Sapiensa (2012) discutem a precarização do emprego e a instabilidade de vínculos, que são acentuadas em regiões com forte base agrícola, afeta particularmente as mulheres, que, além da dupla jornada de trabalho (remunerado e doméstico), têm menos acesso a postos de trabalho de alta qualidade. O Ministério do Trabalho e Emprego (2025), atesta que a informalidade e a subocupação são mais altas entre as mulheres no Brasil, o que reflete a falta de oportunidades formais e a flexibilização do trabalho em função das responsabilidades familiares.

Souza e Araujo (2021) analisam as informações na RAIS e confirma que a pandemia da Covid-19 acentuou a desigualdade de gênero, pois setores onde a presença feminina é maior, foram mais afetados. A dinâmica regional da RIDE impõe um debate sobre a modernização e a manutenção de estruturas sociais. Embora a agricultura familiar seja um pilar da economia local, a expansão do agronegócio introduz novas relações de trabalho. De forma complementar, Nascimento e Santos (2024), buscou caracterizar o perfil das mulheres, agricultoras familiares nos municípios da RIDE destacando que é preciso realizar ações e direcionar investimentos na educação e na gestão dos estabelecimentos agropecuários.

Diante desse cenário, as desigualdades de gênero é uma realidade que precisa de ações urgentes de intervenções por parte do governo, visto que é direito de todos os brasileiros, condições dignas de qualidade de vida e soberania alimentar.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa por meio de um estudo exploratório, com o objetivo de analisar a dinâmica do mercado de trabalho na RIDE Petrolina/Juazeiro. A metodologia utilizada baseia-se na análise de dados secundários, extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os dados foram coletados e analisados para o período de 2020 a 2023. A análise estatística descritiva foi utilizada para examinar o fluxo de mão de obra (admissões e demissões), a remuneração média e a composição de gênero dos empregos formais na região. Os dados foram organizados e representados em tabelas e gráficos para facilitar a visualização e a interpretação das tendências e desigualdades.

A partir da coleta e análise, buscou-se identificar e discutir os padrões de empregabilidade e os diferenciais salariais entre homens e mulheres nos municípios que compõem a RIDE. A metodologia

permite, portanto, uma análise robusta do mercado formal de trabalho, oferecendo um diagnóstico preciso das assimetrias de gênero presentes na região.

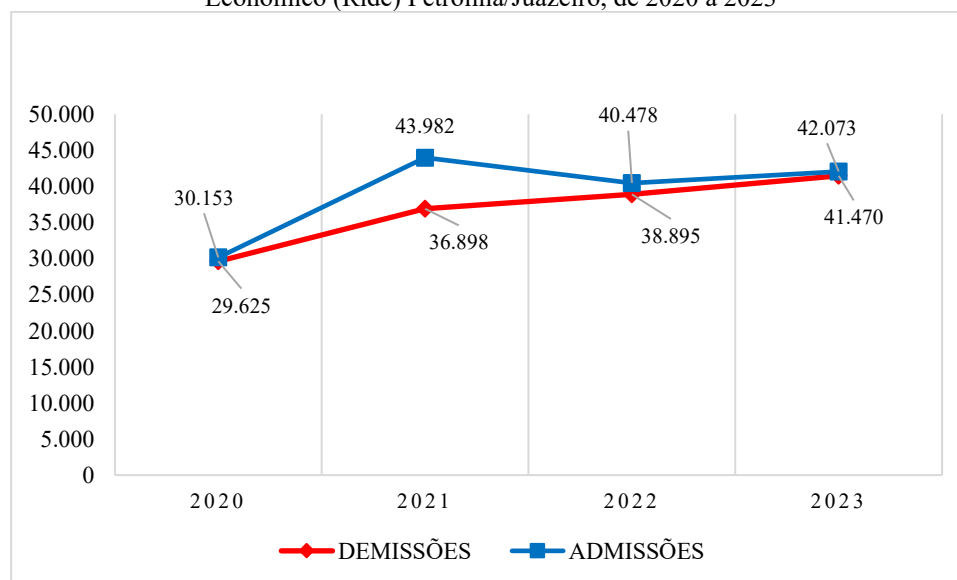
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para analisar a dinâmica do mercado de trabalho, recorreu-se à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), uma base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que registra informações sobre o mercado de trabalho formal. A RAIS apresenta dados sobre os vínculos formais e regulamentados (celetistas, estatutários, temporários e avulsos regulamentados), ou seja, o estoque de empregos e a média salarial.

A partir dos dados desagregados sobre o número de trabalhadores admitidos e demitidos na atividade agropecuária da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) de Petrolina/Juazeiro, de 2020 a 2023, é possível observar, o comportamento do fluxo da mão de obra.

A taxa média das admissões, durante o período, foi de aproximadamente 12,25%, enquanto a taxa média das demissões ficou em torno de 13,3%. No entanto, observou-se um saldo positivo, que diminuiu ao longo do tempo. Em 2020, o saldo foi de 761 empregos, caindo para 286 empregos em 2023. Essa tendência sugere um mercado de trabalho com alta rotatividade e uma estreita margem de crescimento de empregos, conforme apresentado na Figura 1:

Figura 1: Trabalhadores admitidos e demitidos da atividade agropecuária da na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) Petrolina/Juazeiro, de 2020 a 2023



Fonte: Elaborado com base nos dados da RAIS/MTPS (2024)

A análise dos dados da RAIS revela uma predominância de empregos formais masculinos na RIDE, onde as mulheres representam aproximadamente 38,93% do total, enquanto os homens compõem cerca de 61,07%. Essa assimetria, é ainda mais acentuada em municípios como Curaçá, onde 86,16% da força de

trabalho formal é masculina. É importante notar, porém que há uma subnotificação do número de mulheres empregadas na fruticultura. Na cultura da uva, por exemplo, a força de trabalho é majoritariamente feminina, representando cerca de 50% das ocupações. O caráter sazonal e temporário desses contratos dificulta a mensuração precisa da presença feminina, limitando a precisão das estatísticas oficiais.

Vale destacar que, a RAIS embora apresente a movimentação dos registros de admissão e demissão, no decorrer do exercício base, o saldo final apresentado é o resultado da diferença entre o total de contratações e o total de desligamentos registrados até o dia 31 de dezembro de cada ano, sendo assim não é possível mensurar as variações sazonais ao longo do ano, como os empregos temporários, cujos contratos podem variar entre um e cinco meses, especialmente nas culturas de manga e uva. Isso ocorre porque as empresas demandam um número significativo de trabalhadores apenas durante o período de junho a outubro.

Neste período, muitos trabalhadores, sobretudo mulheres, são contratados temporariamente como safristas. A Tabela 1 apresenta os dados para melhor compreensão:

Tabela 1: Estoque de Empregos Formais na agropecuária por gênero na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) Petrolina/Juazeiro, 2021

Municípios	Mulheres	Homens	Estoque de Empregos Formais
Ride Petrolina/Juazeiro	15.196	23.838	39.034
Casa Nova	2.214	4.009	6.223
Curaçá	44	274	318
Juazeiro	2.568	4.649	7.217
Sobradinho	6	56	62
Lagoa Grande	558	655	1.213
Orocó	8	8	16
Petrolina	9.757	14.031	23.788
Santa Maria da Boa Vista	41	156	197

Fonte: RAIS/MTPS (2021)

A invisibilidade do trabalho feminino também está presente em atividades não remuneradas, tais como aquelas relacionadas à produção para o próprio consumo e aos cuidados com a família.

A diferença salarial entre homens e mulheres nos municípios da RIDE, embora existam variações, a remuneração média dos homens é superior à das mulheres na maioria das localidades. Esse fenômeno corrobora o que a literatura já aponta sobre as desigualdades salariais de gênero: não se trata de ocorrências isoladas, mas de um padrão estrutural e persistente enraizado na organização da sociedade e que se reflete diretamente no mercado de trabalho, pontuados por Brumer e Spanevello (2012); Filipak, Sapiensa e Aleixo (2017); Herrera (2016). Segue as evidências na Tabela 2:

Tabela 2: Remuneração Média* (em Reais) de Empregos Formais, na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) Petrolina/Juazeiro, 2021.

Municípios	Mulheres	Homens	Total
Ride Petrolina/Juazeiro	1.362,58	1.464,45	1.428,55
Casa Nova	1.266,81	1.434,82	1.375,43
Curaçá	1.487,35	1.625,97	1.606,43
Juazeiro	1.313,35	1.537,12	1.458,04
Sobradinho	1.405,36	1.475,52	1.468,73
Lagoa Grande	1.251,26	1.420,85	1.342,74
Orocó	1.361,39	1.361,39	1.361,39
Petrolina	1.325,6	1.499,33	1.428,63
Santa Maria da Boa Vista	1.489,51	1.360,57	1.387,04

Fonte: RAIS/MTPS (2021)

* A remuneração média mensal corresponde à média aritmética das remunerações individuais, incluindo salários, ordenados, vencimentos, honorários, vantagens, adicionais, gratificações, entre outros. O décimo terceiro salário não foi considerado neste cálculo.

Dessa forma, a diferença nos dados de emprego formal reforça a necessidade de implementar políticas de igualdade de gênero no mercado de trabalho. As políticas devem ir além da criação de empregos formais para mulheres em setores diversificados, incluindo o apoio à formação e qualificação profissional. Além disso, promover ambientes de trabalho inclusivos e desenvolver estratégias que viabilizem a conciliação entre trabalho e vida familiar são passos importantes para reduzir as barreiras à entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho formal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da dinâmica do mercado de trabalho formal na RIDE Petrolina/Juazeiro, confirma que a participação feminina, apesar de sua crescente inserção, é marcada por persistentes assimetrias de gênero. A alta rotatividade e a instabilidade de vínculos, evidenciadas pelas taxas de admissão e demissão, compõem um cenário de precarização que afeta particularmente as mulheres.

O estudo evidenciou que, apesar da participação significativa da mão de obra feminina na fruticultura, especialmente no cultivo de uva e manga, as mulheres continuam em desvantagem. Além da vulnerabilidade causada pela sazonalidade e pelos contratos temporários, a remuneração média delas permanece inferior à dos homens, confirmando um padrão estrutura de desvalorização. Os dados demonstram, em consonância com pesquisas anteriores, que essa disparidade salarial é um fenômeno persistente que reforça a vulnerabilidade das trabalhadoras rurais e não um evento isolado.

Embora se reconheça que a atividade contribui economicamente para a região e proporciona empregos formais, as mulheres continuam em uma posição de desigualdade, apesar de sua participação significativa na força de trabalho. Diante do exposto, o estudo reforça a necessidade de políticas públicas urgentes que promovam a igualdade de gênero no mercado de trabalho rural. Vale salientar que tais políticas não devem se limitar à criação de empregos formais, mas devem mobilizar intervenções governamentais para o reconhecimento dessas profissionais e a promoção da equidade de gênero.



Torna-se imprescindível a adoção de estratégias de fomento que apoiem a qualificação profissional, a criação de ambientes de trabalho mais inclusivos e a garantia de segurança do trabalho. O enfrentamento das assimetrias confirmadas nesse estudo exige a articulação entre políticas de desenvolvimento regional e políticas de gênero, reconhecendo o papel fundamental das mulheres na economia e na sustentabilidade social das comunidades rurais, para construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

- BERIK, G.; KONGAR, E. The Routledge handbook of feminist economics. Routledge, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780429020612>. Acesso em: ago. 2025.
- BLAZOTI, F. A.; SORRENTINO, M. A (des)cobertura do rural: uma (re)análise da resiliência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. *Ambiente & Sociedade*, v. 25, p. e0056, 2022.
- BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. Gênero e mercado de trabalho: um estudo sobre as desigualdades e a participação feminina. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE GÊNERO E TRABALHO, 2012, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- BRUMER, A.; SPANEVELLO, R.M. O papel dos mediadores no acesso das mulheres ao PRONAF mulher. *Revista Antropológicas*, v. 23, n. 1, p. 89-112, 2012.
- FARIA, J. H. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. *Cadernos Ebape. Br*, v. 15, n. 3, p. 629-650. 2017.
- FILIPAK, E. C.; SAPIENSA, M. S.; ALEIXO, D. B. Mercado de trabalho feminino: desafios da alta rotatividade e da informalidade. *Revista de Economia e Sociedade*, v. 30, n. 2, p. 112-130, 2012.
- FILIPAK, Alexandra; ALEIXO, Sany Spínola. Economia feminista e políticas públicas para mulheres rurais no Brasil. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499468847_ARQUIVO. Acesso em: ago. 2025
- HERRERA, K. M. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 208–233-208–233, 2016.
- IBGE. Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
- MACIEL, M. N. O. et al. Agricultura urbana, segurança alimentar e os objetivos de desenvolvimento sustentável em três municípios da região metropolitana de Belém. 2025. Disponível em: <https://agris.fao.org/search/en/providers/124875/records/67bc99eee27dfa1251894dfb>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- MESQUITA, L.A. P. O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Boletim Mulheres no Mercado de Trabalho. Brasília: MTE, 2025.
- NASCIMENTO, D. C.; SANTOS, M. H. L.C. Mulheres na agricultura familiar da RIDE Petrolina/Juazeiro: perfil socioeconômico com base no censo agropecuário 2017. *COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 21, n. 2, abr./jun., p. 174-197, 2024.
- GOMES, R. C. M.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M. J. F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n. 1, p. 115-124, 2016.
- ONU. World Urbanization Prospects 2022: Urban Population Projections. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2022.

SAPIENSA, M. S. A precarização do trabalho e o impacto nas mulheres do setor agrícola. Revista de Desenvolvimento e Trabalho, v. 15, n. 2, p. 78-95, 2012.

SCHNEIDER, S.; XAVIER, I. B. Agricultura urbana e segurança alimentar: um panorama da realidade brasileira. Revista Brasileira de Estudos Urbanos, v. 12, n. 1, p. 34-52, 2006.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, I. A. D.; BARROS, E. R.; LIRA, K. F. S. A (IN) VISIBILIDADE DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA BAHIA. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 14, n. 5, p. e1254-e1254, 2025.

SPANEVERELLO, R. M. A dinâmica sucessória na agricultura familiar. Tese de doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. 221p.